

Os esquecidos da guerra: o apoio das mulheres aos prisioneiros da 1ª Guerra

Mestre
Fátima Mariano



Nos anos de 1917 e 1918, o Exército alemão terá feito prisioneiros mais de sete mil militares do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.). Antes dessa data, há relatos que nos falam em portugueses civis também capturados pelas forças inimigas, embora não tenhamos encontrado informação relativamente ao contexto em que foram detidos, quanto à sua identificação ou ao seu número. Nem sequer se eram apenas homens ou se também foram detidas mulheres.

Como certo temos que a maioria dos militares foi capturada após a derrota na batalha de Las Lys, a 9 de Abril de 1918, que existiram prisioneiros portugueses em 52 campos de concentração alemães e o facto de Portugal ter sido a nação com o maior número de militares prisioneiros face ao número total de soldados e oficiais que enviou para a frente de guerra.

As estatísticas oficiais referem que estiveram internados nos campos de concentração alemães 7.000 portugueses, não se sabendo se estão aqui incluídos os prisioneiros civis. Investigações mais recentes apontam para números diferentes.

Nuno Severiano Teixeira refere que “uma tentativa de quantificação mais rigorosa a partir de uma análise mais detalhada dos mapas estatísticos do C.E.P. conduz-nos a uma estimativa mais elevada e que aponta para um total de 7.740 prisioneiros”¹, não especificando se neste total estão abrangidos os detidos civis e os militares que se evadiram dos campos de concentração e regressaram a Portugal pelo seus próprios meios.

Mendo Castro Henriques e António Rosas Leitão² chegaram a outras conclusões. De acordo com os autores, entre Junho de 1917 e Novembro de 1918, foram feitos prisioneiros 6678 oficiais e praças do C.E.P., sendo que a maioria (6585) resultou da derrota na batalha de La Lys, a 9 de Abril de 1918.

Quadro 1 - Baixas em La Lys - 9 de Abril de 1918

	Mortos	Prisioneiros	Total
Oficiais	29	270	299
Praças	369	6.315	6.684
Soma	398	6.585	6.983

Fonte: HENRIQUES, Mendo Castro e LEITÃO, António Rosas, *La Lys 1918 - Os soldados desconhecidos*, Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda, Lisboa, Novembro de 2001, p. 79

Os mesmos autores referem que após a assinatura do Armistício foram repatriados 6.767 prisioneiros. Se a estes juntarmos os cinco oficiais, 13 sargentos e 215 soldados que morreram durante o cativeiro chegamos a um total de 7.000 prisioneiros.

Quadro 2 - Baixas do C.E.P. - Junho de 1917 a Novembro de 1918

	Mortos	Feridos	Prisioneiros	Total
Oficiais	74	256	270	600
Praças	2.086	4.968	6.408	13.462
Soma	2.160	5.224	6.678	14.062

Fonte: HENRIQUES, Mendo Castro e LEITÃO, António Rosas, *La Lys 1918 - Os soldados desconhecidos*, Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda, Lisboa, Novembro de 2001, p. 79

Contudo, estes resultados levantam-nos algumas questões. Se entre Junho de 1917 e Novembro de 1918 foram capturados 6.678 militares do C.E.P. (quadro 2) e o número total de prisioneiros foi de 7.000, temos uma diferença de 322 detidos entre os dois valores. Quem são estas 322 prisioneiros? Militares capturados antes de Junho de 1917? De acordo com o Diário de Notícias de 24 de Agosto de 1918, o primeiro militar português foi capturado a 1 de Junho de 1917, momento em que o Corpo Expedicionário Português total e definitivamente assumiu a responsabilidade do seu sector na Flandres. Serão esses 322 prisioneiros militares que regressaram a casa pelos seus próprios meios? Ou os que optaram por não voltar à Pátria, mas sim permanecer em França?

Salientamos também que nenhum dos autores faz referência a prisioneiros civis, embora tenha sido na sequência da captura dos primeiros civis pelas forças alemãs que a Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha viu “reconhecida e confirmada pelo governo por portaria do ministério da guerra de 19 de Abril de 1916” a criação da Comissão Portuguesa dos Prisioneiros de Guerra³.

Esta é uma questão que a historiografia portuguesa ainda não resolveu, mas para a qual consideramos ser primordial, e urgente, encontrar uma resposta. Cruzando as listas do

Corpo Expedicionário Português com as listas da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha e, eventualmente, listagens do governo britânico, poderemos aproximarmo-nos do número real de prisioneiros de guerra, por que campos de concentração passaram, quanto tempo estiveram detidos e todo um conjunto de informações que nos ajudem a traçar os seus perfis.

A vida nos campos de concentração

Foi através das memórias publicadas por alguns antigos prisioneiros e de correspondência publicada na Imprensa que ficámos a conhecer as condições em que estavam alojados nos campos de concentração alemães, como se organizavam, como ocupavam o seu tempo, de que forma se relacionavam com os seus restantes companheiros de infortúnio. Há, no entanto, todo um trabalho a desenvolver também nesta matéria.

As condições de (sobre)vivência nos campos alemães eram verdadeiramente difíceis. Em primeiro lugar, o frio. As temperaturas na Alemanha eram extremamente baixas, os alojamentos, construídos em madeira, não tinham qualquer tipo de isolamento, deixando entrar a chuva e o frio e os militares portugueses não tinham roupa suficiente para enfrentarem estas condições adversas. Muitas vezes lavavam as peças de roupa de manhã e vestiam-nas à noite, ainda molhadas, por não terem mais o que vestir. O que além de lhes aumentar o desconforto, muitas vezes provocavam situações de doença.

Depois, a fome, o verdadeiro grande flagelo do cativo. A comida era escassa e de fraca qualidade e os prisioneiros portugueses não tinham dinheiro para subornar os guardas alemães ou os habitantes das localidades onde os campos de concentração funcionavam. Os prisioneiros portugueses, ao contrário dos presos de outras nacionalidades, nunca beneficiaram dos acordos assinados entre os Aliados e a Alemanha. Nomeadamente, os Acordos do Pão (1916), no âmbito dos quais as nações beligerantes trocavam entre si encomendas colectivas - dois quilos de pão por prisioneiro - através da mediação da Cruz Vermelha Internacional.



Prisioneiros de Guerra Portugueses

Os portugueses alimentavam-se principalmente dos alimentos distribuídos pelas autoridades alemãs, ao contrário dos prisioneiros britânicos que recebiam “cerca de trinta pacotes de víveres por mês”, ou seja, eram “quase totalmente alimentados pelas instituições de socorro, públicas ou particulares, da sua pátria”. O pão dado pela Alemanha queimavam-no para se aquecerem. E era “com este pão carvão que os pobres prisioneiros portugueses” se sustentavam⁴.

Prisioneiros franceses libertados antes do final da guerra contaram à Imprensa que muitas vezes tinham dividido as suas refeições com os portugueses, para evitar que estes morressem à fome. A escassez de alimentos era de tal ordem que, sempre que chegava um novo grupo de prisioneiros portugueses a determinado campo, estes instalavam-se quase sempre longe dos companheiros que já ali viviam e vigiavam permanentemente os seus parques pertences, como medo de que fossem roubados.

Numa carta publicada em Setembro de 1918 no jornal *Os Sucessos*⁵, de Aveiro, enviada pelo tenente Luiz César Rodrigues ao cunhado podemos ler: “[...] O nosso comandante alemão deste campo [Rastatt] é muito atencioso e nós gostamos muito dele. Aconselhou-nos a que pedíssemos ao nosso governo que, a exemplo do que fazem os governos francês, inglês, russo, romeno e italiano, nos mande bolachas e conservas para complemento da alimentação que aqui temos. Estou com oficiais franceses, que recebem diariamente oito bolachas de 50 gramas cada”.



Grupo de Oficiais Portugueses Prisioneiros de Guerra

Apenas em Setembro de 1918 - cinco meses após da derrota em La Lys - e depois de inúmeras denúncias por parte dos prisioneiros e respectivas famílias, há informação de que o secretário de Estado da Guerra deu indicação para que fossem “remetidas o mais breve possível para os nossos prisioneiros na Alemanha, grandes quantidades de artigos de fardamento, de roupa branca e de latas de conserva, cacau e bolachas”⁶.

Se fisicamente as condições de sobrevivências eram difíceis, não o eram menos do ponto de vista psicológico e emocional, resultando daí “a morte, a doença, o suicídio, a loucura”, lembra Manuel Hermenegildo Lourinho, filho de um antigo prisioneiro. E ilustra as suas palavras com o relato do episódio de “jovem alferes, subitamente atacado de alienação mental [...] que acordara os camaradas, de madrugada, saltando entre as tarimbas, completamente nu, a cantar trechos de ópera”⁷.

Mas os verdadeiros horrores vividos só seriam conhecidos depois da libertação e do regresso à Pátria. Nas páginas de *A Capital*⁸, de 11 de Janeiro de 1919, um oficial português que tinha fugido de um campo de concentração contava como “um oficial alemão matava com sangue frio extraordinário e com revoltante cinismo, todos os feridos portugueses que via diante dele”.

Nos primeiros momentos de cativeiro, enquanto militares portugueses eram transferidos do campo de batalha em La Lys para os primeiros locais de detenção, “o respeito com que os alemães viam desfilar os portugueses” não impediu que “alguns soldados mais abusivos roubassem, de mão armada, agasalhos, impermeáveis, botas ou polainas aos

nosso oficiais e soldados”, lembra o major David Magno⁹.

A censura alemã impedia que a correspondência dos prisioneiros denunciasse qualquer situação de maus tratos ou de negligência, obrigando os detidos a recorrerem estratégias para conseguirem passar a mensagem aos familiares. Alguns, poucos, antecipando-se a uma eventual situação de aprisionamento, combinaram com a família e os amigos expressões de significariam “tenho fome” ou “tenho frio”.

“De um sei eu”, conta Agostinho de Campos no seu *Portugal em campanha*¹⁰, “que convencionou para este efeito a frase «muitos recados aos Fonseca»; e que, coitado, de cada vez que escreve, quase não faz outra coisa senão mandar muitos recados ao Fonseca...”.

Evaristo Martins de Almeida, um antigo prisioneiro, conta como ludibriavam os censores. “Um dos colegas, primeiro cabo, sabia imitar muito bem a assinatura de alguns oficiais; assim, sempre que o Evaristo escrevia uma carta pedia-lhe que a assinasse, mas mesmo assim, não chegava qualquer correspondência a Portugal”¹¹.

Em Agosto de 1918, e depois de autorização das forças alemãs, os prisioneiros do campo de Duermen formaram uma Comissão de Socorros Portuguesa, através da qual tentaram abrir canais de comunicação não só com os alemães, mas também com as organizações de apoio aos presos e com as autoridades portuguesas. O mesmo fizeram os prisioneiros do campo de Friedrischfeld.

Pelas razões acima enumeradas, não partilhamos da opinião de Nuno Severiano Teixeira para quem “comparativamente, o drama dos prisioneiros portugueses não foi o mais negro”. Argumenta o autor que, “quando foram capturados os primeiros portugueses, a meio do ano de 1917, estavam instaladas e em marcha as estruturas relativas aos prisioneiros - desde os campos de detenção aos sistemas de informação, passando pelos socorros internacionais - havia já dois anos”.

Os relatos dos prisioneiros, das suas famílias e, inclusive, de militares de outras nacionalidades revelam-nos um quadro de extrema miséria e de completo abandono dos prisioneiros portugueses pelos poderes políticos, não tendo havido “mais triste sorte que a dos prisioneiros de guerra portugueses”¹².

As associações de apoio aos prisioneiros portugueses

Os embaixadores e cônsules portugueses tiveram uma postura diferente. Estiveram sempre atentos à situação dos prisioneiros, denunciando as dificuldades que enfrentavam e auxiliando-os, não enquanto representantes da República, mas enquanto cidadãos preocupados com a vida dos seus conterrâneos.

Foram os diplomatas que estiveram na origem do Comité de Socorros aos Militares e

Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra, fundado a 18 de Fevereiro de 1917, durante uma reunião realizada no Hotel Richemont em Lausane, na Suíça. No encontro participaram 25 personalidades, entre as quais Bartolomeu Ferreira, embaixador em Berna, e o Visconde de Faria, cônsul geral em Lausane.

Entre Março de 1917 e Março de 1918, este Comité distribuiu 300 cartas entre os prisioneiros e as respectivas famílias. Promoveu também bailes e saraus para angariação de fundos para a compra de roupa e alimentos que eram enviados aos prisioneiros.

Os seus representantes desdobraram-se também em sessões de denúncia e de crítica à falta de actuação dos poderes públicos nesta matéria. A 8 de Agosto de 1918, numa conferência realizada na Sociedade de Geografia, em Lisboa, que contou com a presença de diplomatas e do próprio Presidente da República Sidónio Pais, o conde de Penha Garcia lamentou o facto de os prisioneiros portugueses não estarem a beneficiar dos direitos ao repatriamento e internamento convencionados entre as partes beligerantes. Que, a seu ver, o governo português poderia já ter conseguido¹³.

Os membros do Comité conseguiram mobilizar para a sua causa a comunidade portuguesa residente na Suíça, bem como cidadãos de outras nacionalidades. Em Lisboa, um grupo de senhoras organizou-se para angariar donativos para o Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra.

O «comité» era formado por Maria Lueith de Miranda Neto, Maria Palmira Diogo da Silva, Alice Barosa Neto, Maria Eugénia Diogo da Silva, Eduarda Monteiro Santos, Mary Torras Joly, Maria Isabel Santos Silva, Virgínia dos Reis Joly, Henriqueta Maria Alves Crespo Ferreira, Eugénia Guerra Quinhones e Laura Vieira Campos. A sede funcionava no número 2 da Rua António Pedro, no Campo Grande, em Lisboa.

“As primeiras encomendas enviadas da Suíça operaram a ressurreição moral de muitos combatentes, de quem a desesperança fizera sonâmbulos melancólicos, a morrer lentamente no amargo abatimento em que a fome, a saudade, as sombrias perspectivas do futuro a todos esmagava”¹⁴, lembrava, em Maio de 1934, Hernâni Carvalho, antigo prisioneiro, numa cerimónia realizada pela Liga dos Combatentes da Grande Guerra (à qual presidia) sobre o trabalho desenvolvido pelo Comité.

De salientar também o contributo da condessa de Penha Garcia, então encarregada da secção portuguesa da Cruz Vermelha Portuguesa, em Genebra, que auxiliou na identificação dos prisioneiros e dos campos onde se encontravam detidos. Era a Cruz Vermelha a única entidade a poder contactar os prisioneiros, ao abrigo dos acordos de Haia, pelo que qualquer tipo de auxílio teria que ser, obrigatoriamente coordenado com esta organização.

A Cruzada das Mulheres Portuguesas, fundada em 1916 por Elzira Dantas Machado (mulher do então Presidente da República, Bernardino Machado) para dar “assistência material e moral aos que dela necessitassem por motivo de guerra com a Alemanha”,

também se preocupou com os prisioneiros.

As suas sócias também recolheram roupas, agasalhos, tabaco, jornais e livros que encaminharam para o já Comité de Socorro aos Militares e Civis Prisioneiros de Guerra que, através da Cruz Vermelha, os encaminhavam para os portugueses detidos na Alemanha. A Cruzada deu também apoio às famílias destes militares, ajudando-as a empacotar convenientemente os bens (muitas vezes as encomendas não chegavam ao destino por não respeitarem as regras quanto ao peso e ao tipo de material enviado), a ultrapassar dificuldades colocadas pelos serviços do Estado e a arranjar soluções para as famílias carenciadas. As Madrinhas de Guerra, instituição da Cruzada criada por Ana de Castro Osório, minoravam a saudade e davam ânimo aos prisioneiros através das suas cartas.

Pelos serviços prestados durante o período em que Portugal participou na Primeira Grande Guerra, a Cruzada das Mulheres Portuguesas foi condecorada, a 14 de Maio de 1918, com a Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito.

A Comissão Protectora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses

Não obstante os esforços desenvolvidos por estas organizações no envio de alimentos, roupa e dinheiro aos oficiais e soldados detidos nos campos de concentração alemães, estes continuavam a lamentar a falta de iniciativas por parte das autoridades políticas e militares para que as suas condições de (sobre)vivência melhorassem.

Da leitura da correspondência e das memórias escritas de antigos prisioneiros sobressai um sentimento de profunda desilusão para com a Pátria, em nome da qual deixaram as suas famílias e arriscaram as vidas. Os militares sentiam-se traídos e esquecidos pelos governantes, o que tornava ainda mais dolorosa a vida nos campos de concentração.

Vida essa ainda mais difícil de suportar quando, a seu lado, (sobre)viviam prisioneiros de outras nações a quem chegavam regularmente encomendas com comida e roupa enviadas pelos respectivos governos; governos que negociavam com as autoridades germânicas o repatriamento dos seus prisioneiros, ao abrigo de acordos estabelecidos entre a Alemanha e os países Aliados.

Disso mesmo nos dá conta, nas páginas de *A Capital*¹⁵, António dos Santos Carneiro, da Vila da Feira, cujo filho estava cativo: “[...] «A Capital» tem tratado da situação dos nossos oficiais prisioneiros de uma maneira louvável, mas os poderes públicos a nada se movem, fingindo que nada têm com tão importante assunto. Os prisioneiros franceses, ingleses e italianos estão regularmente, segundo o meu filho diz, porque os respectivos governos têm tudo organizado”.

À angústia de não conhecerem o verdadeiro estado em que se encontravam os seus familiares e à incerteza quanto ao seu futuro (Quanto tempo ficariam prisioneiros?)

Alguma vez voltariam a casa?), somava-se essa revolta pelo facto de as autoridades portuguesas não se manifestarem preocupadas com o futuro dos prisioneiros, nem diligenciarem no sentido de lhes aliviar o sofrimento e de conseguir a sua libertação.

É neste quadro que Lívia Magalhães Coutinho Fachada, mulher do alferes equiparado do serviço postal João Augusto Fachada, “dolorosamente preocupada com a forma pouco humana porque ele será tratado”, envia uma carta ao jornal *O Século*¹⁶, no início de Junho de 1918, dirigida a todas as “mães, esposas e irmãs”, solicitando que se reunissem “quanto antes [...] para estudarem a melhor maneira de representar superiormente sobre a permuta de uns, o internamento, em país neutro, daqueles que se encontram feridos ou doentes, em suma, sobre os meios possíveis de suavizar a sorte de todos os nossos infelizes irmãos combatentes e não combatentes, em poder dos alemães, que são incapazes de corresponderem aos sentimentos humanitários, às grandes deferências mesmo com que tratamos os seus internados”.

Lívia Fachada sugere que a reunião se realize no salão da revista *Ilustração Portuguesa*, em Lisboa, tendo a proposta sido prontamente aceite pelos directores de *O Século* (à qual pertencia a revista). Na edição do dia seguinte, o jornal escreve que “despertou vivo interesse” o apelo feito por Lívia Fachada e informa que o primeiro encontro se deverá realizar “na quinta-feira que vem, às 18 horas e meia, no salão da *Ilustração Portuguesa*¹⁷”.

A primeira reunião da futura Comissão Protectora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses realizou-se no dia 13 de Junho de 1918, no salão da revista. Ao apelo de Lívia Fachada responderam inúmeras mães, mulheres, irmãs e filhas de prisioneiros “com os olhos rasos de água e a alma cheia de esperança”. “Foi um espectáculo ao mesmo tempo imponente e confrangedor, quer pela quantidade de pessoas que nela tomaram parte, quer pela maneira como toda essa pobre gente exorcizou a sua dor, a sua saudade pelos ausentes, a incerteza em que vive a respeito da sorte dos que lhe são caros”¹⁸.

Neste primeiro encontro, e sob proposta de Lívia Fachada, foi constituída uma comissão de senhoras para tratar exclusivamente dos assuntos relacionados com os prisioneiros de guerra, por sua vez subdividida em quatro secções:

1ª - Oficiais: Teresa Santos, Isilda Parreira, Raquel Guerreiro Cabeçadas, Maria Clementina Guerreiro, Maria Carlota Carvalho Marques, Isilda Costa Cabral, Laura Prado Coelho, Maria del Pilar Santos Nogueira, Olinda Viana de Andrade, Margarida Mateus Bernardo, Branca Moreira Lopes, Maria Luíza Praça, Luíza Maria Santos Sant’ana e Alice Couceiro Feio;

2ª - Civis: Lívia de Magalhães Coutinho Fachada e Isabel Mourão d’Almeida;

3ª - Sargentos: Balbina Amaral Fernandes, Armelinda Vicente, Maria José Cardoso d’Oliveira e Margarida Pereira Grave;

4ª - Cabos e soldados: Matilde Graça Prosper, Eugénia Conceição, Josefa dos Santos, Carlota Macedo, Joana Maria Gonçalves e Margarida Marques.

Como primeira missão, deveria esta comissão redirigir uma mensagem a entregar ao presidente da República, na qual lhe solicitariam que diligenciasse no sentido de conseguir, por troca ou internamento em país neutro (no caso de não estarem em condições de saúde de realizar tão longa viagem de regresso a casa), o repatriamento dos prisioneiros portugueses. O documento deveria ser assinado pelo maior número possível de mulheres familiares desses prisioneiros militares e civis.

Quatro dias mais tarde, novamente reunida no salão da *Ilustração Portuguesa*, a Comissão Protectora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses decide criar três grupos de trabalho:

1º - Direcção especial dos serviços: Lúvia Magalhães Coutinho Fachada (presidente), Laura das Dores Costa, Vitória Baptista de Sousa Ribeiro Gomes, Olinda Campos de Andrade, Isabel Morão de Almeida, Maria Clementina Guerreiro, Palmira Alezo Belo e Margarida Mateus Bernardo;

2º - Propaganda: Maria del Pilar Santos Nogueira (presidente), Maria Carlota de Carvalho Marques (secretária), Raquel Guerreiro Cabeçadas, Izilda da Costa Cabral, Alice Couceiro Feio e Izilda Parreira;

3º - Serviço de Informações: Branca Moreira Lopes (presidente), Hero Ofélia Guimarães Costa Cabral (1ª secretária), Maria Tenório Parreira (2ª secretária), Irene Djarmo Brandão de Azevedo, Ermelinda Fernandes, Tereza Nazaré Santos, Maria Marques das Neves e Matilde Graça Prosper.

Nessa mesma reunião de trabalho foi aprovada uma proposta de Lúvia Fachada quanto àquelas que deveriam ser as prioridades da Comissão:

1 - Solicitar ao secretário de Estado da Guerra que as famílias dos prisioneiros continuassem a receber os vencimentos por inteiro;

2 - Solicitar ao mesmo governante apoio para o envio, com a maior urgência, das roupas que se encontravam armazenadas na comissão de beneficência dos prisioneiros;

3 - Solicitar que o secretário de Estado da Guerra desse despacho aos vencimentos estipulados pelo ministro da Guerra, Norton de Matos, para serem enviados aos prisioneiros.



A Comissão Protectora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses

Embora ainda não nos tenha sido possível traçar o perfil das mulheres que deram corpo a esta comissão, a forma como a mesma foi organizada, as prioridades estabelecidas desde o início, as diligências promovidas e o facto de a semente ter sido lançada nas páginas de um jornal diário de circulação nacional levam-nos a considerar que pelo menos as principais figuras seriam mulheres letradas, talvez mesmo com alguma intervenção anterior na sociedade.

Da consulta de alguns jornais da época, conseguimos identificar 38 nomes, embora em dois dos casos coloquemos a hipótese de se tratar da mesma pessoa. Identificámos também o local de residência de quatro elementos desta comissão e a relação de parentesco com alguns dos militares detidos (quadro 3, em anexo).

As reuniões da Comissão realizavam-se no salão da *Ilustração Portuguesa*, mas as dos grupos de trabalho por vezes decorriam na casa das respectivas coordenadoras. Temos notícia de que as três senhoras residentes em Faro angariaram, em Setembro de 1918, 233\$500 de uma subscrição que tinham promovido, mas não encontramos informação sobre a forma como se organizavam e coordenavam com os restantes elementos da Comissão. Também não nos foi ainda possível identificar elementos desta organização residentes noutras zonas do país.

Além do apoio do jornal *O Século*, e conseqüentemente da *Ilustração Portuguesa*, as senhoras da Comissão Protectora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses contaram também com o auxílio do *Diário de Notícias*. A partir de Agosto de 1918, o DN publica quase diariamente informação sobre o trabalho da Comissão. O jornal abriu mesmo uma

subscrição a favor dos prisioneiros, para a qual contribuíram inúmeros cidadãos, empresas e estabelecimentos comerciais. A própria empresa proprietária do *Diário de Notícias* doou com 150\$00.

O jornal *A Capital* e a imprensa regional deram também eco das iniciativas da Comissão e das subscrições de *O Século* e do *Diário de Notícias*, denunciando as dificuldades vividas pelos prisioneiros e publicando cartas que estes enviavam à família.

Durante a época estival multiplicaram-se as iniciativas particulares para angariar dinheiro a favor dos prisioneiros portugueses. O proprietário do edifício onde funcionava o Casino de Cascais e o restaurante e balneários do Riviera Palace disponibilizou as instalações para a realização de uma festa a favor dessa causa.

No Gerês, na Cúria, em Melgaço, nas praias do Baleal, da Trafaria e das Maçãs realizaram-se saraus, muitos deles promovidos por grupos de senhoras, que contaram com o auxílio de vários veraneantes e de habitantes locais. Podemos afirmar, sem exagero, que a sociedade portuguesa se mobilizou em peso para minorar o sofrimento dos prisioneiros de guerra na Alemanha.

A poetisa Lutegarda de Caires, além de uma quantia em dinheiro, ofereceu também 10 volumes do seu livro de poesia “Sombras e Cinza” para serem vendidos. O dinheiro resultante da venda reverteu a favor dos prisioneiros de guerra. Outros artistas seguiram o seu exemplo.

A Comissão agradeceu as múltiplas iniciativas que se realizaram com o intuito de angariar roupa e donativos a favor dos prisioneiros, mas fez saber publicamente que não era seu objectivo encarregar-se directamente destes assuntos, nem organizar saraus, quermesses ou bailes dançantes com esses fins. O dinheiro angariado através das subscrições, ou directamente oferecido à Comissão, era entregue à empresa proprietária do jornal *O Século*, entidade que suportava as despesas de funcionamento da organização. As roupas eram empacotadas e enviadas para a Alemanha através da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.

A prioridade da Comissão era conseguir com que os seus familiares regressassem a casa o mais breve possível, ao abrigo das convenções assinadas pelas nações beligerantes. Uma semana depois de ter sido formalmente constituída a Comissão, tinha já sido redigida a mensagem a apresentar ao presidente da República e enviadas cópias para as sucursais de *O Século* em Lisboa e para os representantes do jornal na província para serem assinadas por mulheres que tivessem familiares prisioneiros na Alemanha.

No dia 13 de Agosto de 1918, as senhoras da Comissão foram recebidas pelo Presidente da República na sua residência, em Sintra. Sidónio Pais recebeu a mensagem que transportavam juntamente com as listas de assinaturas e “mostrou o vivo e sincero interesse” pelas pretensões das famílias dos militares detidos “a favor dos que preferiam mil vezes ter sacrificado a sua vida à Pátria a caírem vivos nas mãos do inimigo”¹⁹.

As senhoras aproveitaram a oportunidade para também solicitar ao presidente da República que diligenciasse “junto do governo a organização de um serviço especial por conta do Estado, com delegação na Suíça, desempenhado por pessoas de toda a competência e também por algumas vogais da Comissão, para assegurar e facilitar as relações entre prisioneiros e suas famílias, quanto à troca de correspondência e remessa de encomendas”²⁰.

Em nome desta causa, estavam dispostas a deixar as suas vidas em Portugal, talvez mesmo filhos menores, e a viajarem para a Suíça na esperança de que desta forma conseguissem mais rapidamente resolver os problemas dos prisioneiros.

Tentaram também resolver as dificuldades que as famílias dos detidos enfrentavam, principalmente a nível financeiro. Logo na primeira reunião, a mãe de João Cardoso d’Oliveira queixou-se de não lhe terem pago a totalidade da pensão a que tinha direito. Em vez dos habituais 41\$10, recebeu somente 32\$77, tendo sido informada de que no mês seguinte a pensão sofreria nova redução de 12\$00²¹.

Após várias diligências, a Comissão foi recebida pelo secretário de Estado da Guerra, que lhes prometeu “tomar as necessárias providências para que não se desse novos motivos a reclamações desta natureza e se reparasse o que estava feito”²².

No mesmo encontro, solicitaram que fosse levado a despacho os vencimentos que tinham sido estipulados por Norton de Matos, ministro da Guerra, e que estes fossem urgentemente enviados aos prisioneiros. O próprio soldo acordado entre Portugal e a Alemanha, em Maio de 1917, a receber pelos oficiais detidos só começou a ser pago no verão de 1918. Nas suas memórias, o capitão António Braz conta que, em carta enviada a esses oficiais no dia 25 de Abril de 1918 pela embaixada de Espanha em Berlim, ficaram a saber que “o governo português só há dias deu seguimento a esse projecto”²³.

Ainda não nos foi ainda possível verificar quais os verdadeiros resultados das diversas diligências levadas a cabo pela Comissão Protectora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses, mas não temos dúvidas de que esta organização funcionou como um verdadeiro grupo de pressão junto do governo, parlamento e presidência da República.

O regresso à Pátria

Assinado o Armistício, começaram as negociações entre os diversos países envolvidos no conflito para que os respectivos prisioneiros fossem repatriados. Da parte de Portugal, ficou encarregue dessa missão o secretário de Estado dos Estrangeiros, Egas Moniz. As conversações tiveram início na segunda semana de Novembro e os primeiros soldados chegaram a Cherburgo (França) - de onde partiram as embarcações que trouxeram os militares de regresso a Portugal - no dia 19 do mesmo mês.

Os primeiros prisioneiros chegaram a Lisboa por via marítima no dia 2 de Janeiro de 1919. A bordo do vapor português *Pedro Nunes* viajaram 710 militares do Corpo Expedicionário Português

Depois de meses de provação, os antigos prisioneiros puderam, uma vez mais, contar com as mãos amigas das mulheres portuguesas. À sua chegada a Lisboa, além das família e das entidades oficiais, tinham sempre à sua espera as senhoras da Cruzada das Mulheres Portuguesas, da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha e da Comissão Protectora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses, que distribuía café, bolos e tabaco.

O empenho das mulheres portuguesas na resolução das dificuldades sentidas por aqueles que, combatendo longe da Pátria, acabaram por cair em mãos inimigas, foi por todos reconhecido. Sobretudo por aqueles que directamente beneficiaram dos seus esforços e que delas receberam palavras de conforto e de esperança.

Perante os obstáculos, as mulheres portuguesas nunca baixaram os braços e apesar de os assuntos de Estado e das Forças Armadas serem então considerados da exclusiva da responsabilidade dos homens, não hesitaram em confrontar as entidades oficiais e militares e exigir-lhes que diligenciassem para que os prisioneiros regressassem rapidamente a casa.

“Foram as mulheres de Portugal o maior auxiliar do bom nome do nosso Exército”, reconheceu o tenente Afonso do Paço, ele próprio um antigo prisioneiro de guerra, no livro *Cartas à Madrinhas de Guerra*. E prosseguiu: “E por que não haveria de ser assim se as nossas fardas vistosas não são para outrém que para os seus olhos? Enquanto abandonados dos dirigentes da nação morríamos de fogo e de doença na trincheira, as suas cartas benditas eram o nosso único lenitivo para tamanha dor. Enquanto padecíamos na Alemanha de fome horrorosa, esquecidos dos governantes da nossa pátria, as suas cartas carinhosas insuflaram vida a uma vida que se extinguia e definhava, conseguindo trazer-nos para o nosso torrão natal”.

Conclusões

Da investigação até agora desenvolvida, é notório o desapontamento dos prisioneiros, das respectivas famílias e da sociedade portuguesa em geral face a uma, pelo menos, aparente despreocupação dos poderes políticos relativamente àqueles que viviam cativos nas mãos das forças inimigas.

Esta atitude que, aos olhos do comum dos cidadãos é verdadeiramente condenável, poderá ter-se ficado a dever, como afirma Nuno Severiano Teixeira, ao facto de o prisioneiro ter sido “aquele que falhou do ponto de vista militar”²⁴. O próprio Presidente da República, Sidónio Pais, quando recebeu as senhoras da Comissão Protectora dos Prisioneiros de Guerra Portuguesa, afirmou não ter dúvidas que os prisioneiros prefeririam ter morrido no campo de batalha a estarem vivos, mas sob domínio do

inimigo.

Não será também de excluir a hipótese de as autoridades portuguesas esperarem que fossem as autoridades britânicas a encarregarem-se do assunto, uma vez que Portugal encontrou no conflito mundial ao abrigo da aliança existente entre os dois povos. Isto apesar de terem existido diligências junto de Espanha (país neutral) para que ajudasse o governo português a identificar os seus prisioneiros e os campos em que se encontravam.

Mas não foram apenas os poderes políticos da época que pouco se preocuparam com estes milhares de homens, quiçá também mulheres. A própria historiografia portuguesa os tem esquecido. Não conseguimos identificar qualquer obra que trate exclusivamente desta problemática e nas obras dedicadas à Primeira Guerra Mundial, os prisioneiros merecem apenas um breve capítulo ou referência. Encontrámos também alguns (poucos) artigos científicos que afloram esta temática.

Por todos estes motivos, consideramos importante que esta questão desperte o interesse dos historiadores portugueses, de modo a que este capítulo da nossa história fique o mais completo possível. Em 2014, assinala-se o centenário do início da Primeira Grande Guerra, ocasião que poderá ser aproveitada para uma justa e merecida homenagem aos milhares de homens que, embora tendo vivido nas mais difíceis condições sob tutela do inimigo, nunca deixaram de honrar o país pelo qual arriscaram as suas vidas.

Quadro 3 - Membros da Comissão Protectora dos Prisioneiros de Guerra Portuguesa

Nome	Local de resi-Parentesco dência
Alice Couceiro Feio Armelinda Vicente Balbina Amaral Fernandes	
Branca Moreira Lopes	Irmã de Mariano Moreira Lopes, alferes de Infantaria 16
Carlota Macedo Ermelinda Fernandes Eugénia Conceição Hero Ofélia Guimarães Costa Cabral	
Irene Djalmo Brandão de Azevedo	Irmã de oficial
Isabel Mourão d'Almeida	Familiar do capitão de infantaria Fonseca d'Almeida (?)
Isilda Costa Cabral	Familiar do alferes de artilha Costa Cabral (?)
Isilda Parreira Joana Maria Gonçalves Josefa dos Santos Laura das Dores Costa Laura Prado Coelho	
Lívia de Magalhães Coutinho Fachada	Porto Mulher do alferes equiparado do serviço postal João Augusto Fachada

Luiza Maria Santos Sant'Ana		Familiar de António Dias Sant'Ana (?) prisioneiro nos campos de Bressen e de Mecklemburg-Post-Roggendorf
Margarida Marques		
Margarida Mateus Bernardo		
Margarida Pereira Grave		
Maria Carlota Carvalho Marques		
Maria Clementina Guerreiro		Familiar do 22 sargento de artilharia 1João Guerreiro (?)
Maria del Pilar Santos Nogueira		Mulher do capitão de Infantaria Henrique Santos Nogueira, prisioneiro em Furshsberg e Bressen
Maria José Afonso Neves	Faro	
Maria José Cardoso d'Oliveira		Familiar do capitão de artilharia Camilo Braz d'Oliveira (?)
Maria Josefa S. Machado	Faro	
Maria Luiza Praça		
Maria Marques das Neves		
Maria Pinto Veiga	Faro	
Maria Tenório Parreira		
Matilde Graça Prosper		
Olinda Campos de Andrade		
Olinda Viana de Andrade		
Palmira Alezo Belo		
Raquel Guerreiro Cabeçadas		Familiar de João Mendes Cabeçadas (?) prisioneiro nos campos de Bressen e de Mecklemburg-Post-Roggendorf
Tereza Nazaré Santos		
Vitória Baptista de Sousa Ribeiro Gomes		

* Jornalista do Jornal de Notícias e investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Concluiu o mestrado em História Contemporânea em 2005 no mesmo estabelecimento de ensino com uma investigação sobre a génese do movimento feminista português. Actualmente, prepara o seu projecto de doutoramento sobre os movimentos feministas português e espanhol até ao início dos anos 30 do século XX. Em 2011 publicou "As Mulheres e a I República" (Edições Caleidoscópio), distinguido com o Prémio de Edições de Teses e Dissertações da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.

1 TEIXEIRA, Nuno Severiano, "A Fome e a Saudade - Os Prisioneiros Portugueses na Grande Guerra" in *Penélope - Fazer e Desfazer a História*, nº 8, 1992, p. 102.

2 HENRIQUES, Mendo Castro e LEITÃO, António Rosas, *La Lys 1918 - Os soldados desconhecidos*, Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda, Lisboa, Novembro de 2001,

pp. 79-81.

3 *Diário de Notícias*, 24 de Agosto de 1918, p. 1.

4 CAMPOS, Agostinho de, *Portugal em Campanha*, Livrarias Aillaud & Bertrand, Lisboa, 1921, p. 290.

5 A carta foi republicada no *Diário de Notícias* de 18 de Setembro de 1918, p. 1.

6 Informação originariamente publicada no jornal *Situação* e reproduzida posteriormente no *Diário de Notícias* de 22 de Setembro de 1918.

7 LOURINHO, Manuel Hermenegildo, *Prisioneiros Portugueses na Alemanha - 1ª Guerra Mundial (1917-1918)*, colecção Estudos e Documentos, Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda, Lisboa, 2006, p. 35.

8 *A Capital - Diário Republicano da Noite*, nº 2998, 9º ano, sábado, 11 de Janeiro de 1919, p. 2.

9 MAGNO, David, *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*, volume II, Companhia Portuguesa Editora, Porto, 1921, p. 174.

10 CAMPOS, Agostinho de, *ibidem*, p. 289.

11 PINTO, Ana Luísa Araújo, *Memórias de um dever cumprido - Portugal na Primeira Grande Guerra*, 1ª edição, Liga dos Combatentes, Lisboa, Outubro de 1966, p. 132.

12 PAÇO, tenente Afonso do, *Cartas às Madrinhas de Guerra*, fac-símile da 1ª edição, Junta de Freguesia do Outeiro, Viana, 1993, p. 100.

13 *O Século*, 9 de Agosto de 1918, p. 1.

14 *Recordações de Guerra - A Obra do Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses de Guerra*, Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Lisboa, maio de 1934, p. 21.

15 *A Capital - Diário Republicano da Noite*, nº 2891, 9º ano, Sábado, 7 de Setembro de 1918, p. 1.

16 *O Século*, 5 de Junho de 1918, p. 1.

17 *Ibidem*, 7 de Junho de 1918, p. 1.

18 *O Século*, 14 de Junho de 1918, p. 1.

19 *O Século*, 13 de Agosto de 1918, p. 1.

20 *Idem, ibidem*.

21 *O Século*, 14 de Junho de 1918, p. 1.

22 *O Século*, 21 de Junho de 1918, p. 1.

23 BRAZ, capitão António, *Como os prisioneiros portugueses foram tratados na Alemanha*, Tipografia Popular, Elvas, 1935, p. 53.

24 TEIXEIRA, Nuno Severiano, *ibidem*, p. 91.